



TJPR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARANÁ



Comitê Interinstitucional de enfrentamento ao covid-19 no sistema carcerário

Ata de Reunião

Reunião on-line

Data: 09 de março de 2021.

Início: 14h00min.

Término: 15h00min.

Participantes

<p>Tribunal de Justiça do Estado do Paraná Des. Ruy Muggiati - Supervisor do GMF Dr. Eduardo Lino Bueno Fagundes Junior - Corregedoria dos Presídios de Curitiba Dr. Oswaldo Soares Neto - Vara Criminal de Apucarana Dra. Juliana Arantes Zanin - Vara de Execução de Foz do Iguaçu Kleber Humberto da Silva - Assessoria do GMF</p> <p>CNJ/PNUD - Fazendo Justiça Dra. Juliana Marques Resende</p> <p>Ministério Público do Estado do Paraná Dr. Alexey Caruncho</p> <p>Defensoria Pública do Paraná Dr. André Ribeiro Giamberardino</p> <p>Assembleia Legislativa - Comissão de Direitos Humanos Dra. Thais Giselle Diniz Santos</p>	<p>Secretaria de Estado da Segurança Pública Cel. João Alfredo Zampieri Dr. Silvanei de Almeida Gomes - SESP Dr. Francisco Santos - CMP Dr. Francisco Caricati - DEPEN Dr. Vinicius Augustus Carvalho Dr. Diego Piotrowski Machado</p> <p>OAB/PR -----</p> <p>Governo do Estado - Casa Civil -----</p> <p>Feccompar Maria Helena Orreda Coped/Sejuf Dra. Waleiska Fernandes Secretaria de Saúde Dra. Lucimar Pasin de Godoy</p>
--	---

Assuntos da Pauta

1. Atualizações;
2. Assuntos gerais:

Desenvolvimento da reunião

O Desembargador Ruy Muggiati iniciou a reunião e em seguida passou a palavra ao Cel. Marinho e sua equipe, para atualizações a respeito da pandemia:

Dr. Vinicius trouxe informações acerca das webvisitas: informa que foi feito um levantamento com dados do Depen e que serão discutidas as dificuldades associadas às visitas virtuais.

Dr. Diego informa sobre o cenário da Covid no Estado: Situação pontual em Campo Largo e Rio Branco do Sul - estão terminando a quarentena, presos estão com sintomas leves ou assintomáticos. Na região de Curitiba, 88 presos e 28 servidores confirmados, sendo estes 32 da Cadeia Pública de Campo Largo e 45 da Cadeia Pública de Rio Branco do Sul. Em Ponta Grossa, há 2 servidores com Covid. Em Londrina, estão encerrando a quarentena na PEL 1, há 103 presos e 16 servidores positivados na região. Em Maringá e Cruzeiro do Oeste, há 1 preso e 9 servidores com Covid. Em Cascavel, 5 servidores. Em Foz do Iguaçu, 10 presos e 3 servidores. Em Francisco Beltrão e Guarapuava, nenhum preso e servidor positivos para Covid. Totalizando, contando com os que estão saindo do período de quarentena, 202 presos e 63 servidores em todo o Estado confirmados com Covid. Recuperados: 3092 presos e 625 servidores. Mortes: 9 presos e 5 servidores.

Dr. Diego informa dados sobre as webvisitas em 2020: o número total de visitas virtuais em 2020 foi de 35577, contando tanto as realizadas em Cadeias Públicas quanto em Penitenciárias de grande porte. Divididas por regionais: em Curitiba e Região Metropolitana, 9461 webvisitas; em Ponta Grossa, 4591; em Cascavel, 4276; em Foz do Iguaçu, 3723; em Londrina, 4353; em Maringá e Cruzeiro do Oeste, 4493; em Guarapuava e Francisco Beltrão, 4680. A média mensal é de 4447 visitas virtuais, tendo estas começado, em sua maioria, em maio de 2020. Em fevereiro de 2021, foram realizadas 5493 webvisitas, 2864 atendimentos virtuais de advogados, 2287 audiências virtuais e 349 consultas médicas virtuais no Estado. Os principais problemas identificados são: a falta de servidores para movimentar os presos, a necessidade de ampliarem o número de salas, a ventilação das mesmas e novos computadores e fones de ouvido, a melhoria na velocidade da conexão e, por fim, muitas vezes a visita é agendada e o familiar não entra. Foi solicitado à CELEPAR um sistema de agendamento das visitas virtuais. Há uma licitação em andamento para aquisição de 1000 computadores pelo Depen, que depende de disponibilidade orçamentária. Informa que há uma média de 2 visitas por mês por preso na maioria das Unidades Penais; e que a maior parte das Unidades informa que as audiências ocorrem duas vezes por semana, com condições de atender com maior frequência.

Cel. Marinho trouxe atualização sobre os Decretos vigentes no Estado. Informa que, dos 27 Estados, em 22 não estão sendo realizadas visitas presenciais. Acompanha os diálogos entre o governo e as escolas e também a orientação do Ministério da Justiça quanto à situação prisional. Informa que foi assinada uma carta do Conselho de Segurança Pública do Brasil no dia 08/03/2021, direcionada aos Ministro da Justiça e Ministro da Saúde, com a intenção de melhorar o posicionamento em relação à vacinação, para que as vacinas cheguem na Segurança Pública e no Sistema Prisional do Estado. Comunica que a Secretaria está atenta, mas que o plano com a saúde está temporariamente inócuo, já que não há leitos para os presos que estiverem em situações mais graves.

Dr. Francisco informa sobre o surto em na Cadeia Pública de Rio Branco do Sul: 100% testados e 60% confirmados com Covid. Entre eles, 7 mulheres foram para o CMP para serem implantadas no sistema penitenciário. Comunica a reativação da sentinela no CMP, com 19 bolsistas que trabalham 24h/dia. Informa a parceria com o Hospital Angelina Caron no domingo, dia 07/03, para o qual levaram preso com Covid para internação na quinta-feira, em estado grave. Procura colocar pacientes mais graves na central de leitos da Prefeitura Municipal de Curitiba deste Hospital.

Dra. Waleiska questiona se a estrutura das webvisitas está presente em todos os estabelecimentos penais no Estado. Também questiona a proposta do Depen, juntamente à SESP, de planejamento da retomada de visitas presenciais, visto que o prazo de 45 dias previamente estabelecido expira na metade de março e a reunião para tratar disso foi suspensa em decorrência do lockdown. Levanta a questão da divulgação deste planejamento de forma a

melhorar a comunicação com as famílias.

Dr. Caricati informa que não há pretensão de retorno das visitas presenciais até que o cenário melhore ou que a vacinação comprove-se eficaz, mas que este estudo para a retomada está ocorrendo. Quanto às visitas virtuais, todas as unidades penais do Estado possuem equipamentos para a sua realização, entretanto, a ampliação deste sistema é descartada neste momento.

Dr. Vinicius complementa que este estudo para a retomada será levado à SESP e será apresentado um cronograma quando o cenário tornar-se viável.

Des. Ruy esclarece que o estudo que o COPED solicita é uma previsão sem datas, mesmo que incerta, a partir de marcos, para que os Conselhos da Comunidade informem às famílias.

Dr. Vinicius levanta a questão da possível necessidade de vacinar os familiares dos presos. Questiona ao Dr. Francisco se, após a vacinação, poderá ser feita esta aglomeração de pessoas no caso de retorno das visitas presenciais.

Dr. Ruy questiona ao Dr. Francisco se as visitas presenciais continuarão nos mesmos moldes anteriores à pandemia ou se será necessário conter a quantidade de pessoas nas visitas presenciais.

Dr. Francisco informa que as visitas presenciais não serão nos mesmos moldes e que não há previsões deste retorno em no mínimo 120 dias. O ideal é que todos os presos sejam vacinados, tanto de delegacias públicas quanto de unidades penitenciárias, porém isso não se encontra na logística da vacinação, já que é uma questão vinculada ao Ministério da Saúde com os epidemiologistas do Estado e, eventualmente, com os epidemiologistas e infectologistas do Município. O retorno das visitas presenciais só seria viável com a vacinação de, no mínimo, 70% da população brasileira e também 70% da população carcerária, pois não é possível evitar o contato dos familiares com o restante da sociedade, o que certamente levaria as variantes do vírus para dentro do sistema penitenciário.

Dra. Thais questiona se a média de 2 visitas por mês/por preso, levantada nos dados do Depen sobre as webvisitas, também inclui as audiências e as visitas de advogados ou se seriam só as visitas de familiares. Informa que recebeu cerca de 15 relatos de familiares que levam aproximadamente 90 dias para marcarem as visitas na PEP 1.

Dr. Diego informa que esta média de 2 visitas por mês por preso refere-se apenas às visitas familiares.

Dr. Andrade informa que a realização das webvisitas depende do perfil e das condições de cada unidade. Na PEP 1 existe um esquema de segurança diferenciado e necessita de adaptações. Diz que o procedimento de visitas é um pouco mais demorado por conta do esquema de segurança necessário.

Dra. Thais diz que foram enviadas cópias dos emails pelos familiares. A demora de 90 dias foi analisada e verificada, foi aberto protocolo e a recomendação aos familiares foi de contato com a ouvidoria após 20/30 dias, quando não houvesse retorno na tentativa de marcar a visita.

Dr. Alexei diz que, num cenário como este, a partir da análise dos relatórios disponibilizados pelo Depen, podemos avançar com as webvisitas nas Unidades em que isso seja possível, para que os órgãos que têm contato direto com as famílias tenham cada vez mais subsídios para passar essas informações. Sugere o encaminhamento formal do comitê à SESP, para que não se abandone o fio dos esclarecimentos sobre este planejamento.

Des. Ruy acata a sugestão e a estabelece como encaminhamento desta reunião. Também indica o Dr. Francisco para esclarecimentos básicos necessários à realização da programação, de forma a distensionar a comunicação com os familiares dos presos.

Dra. Maria Helena ressalta a importância dos planos de retomada das visitas e de vacinação. Reconhece o avanço na realização das webvisitas e ressalta a importância do diálogo entre os Conselhos da Comunidade com a SESP e com o Depen em relação às visitas virtuais. Solicita

o levantamento de uma lista dos responsáveis e seu contato pelas webvisitas em cada unidade prisional, para que se possa divulgar aos Conselhos da Comunidade e possibilitar facilitadores que consigam sanar os problemas de acesso das famílias dos presos.

Dr. Ruy encerrou a reunião, agendando a próxima para o dia 23 de março de 2021, das 15h00min às 16h00min.

Obs: Reunião transferida para o dia 30 de março de 2021, às 14h00min. (informação adicionada em 19 de março de 2021)